



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de posse
do Conselho Consultivo do Programa
Comunidade Solidária*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 24 DE MARÇO DE 1997

Senhora Presidente do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária, Doutora Ruth Cardoso; Senhor Ministro Clóvis Carvalho; Senhores Ministros de Estado; Senhora Anna Maria Peliano, Secretária Executiva do Programa Comunidade Solidária; Senhores Membros do Conselho Consultivo; Senhoras e Senhores,

Por sorte, cada vez menos o Presidente precisa falar muito, porque as solenidades aqui têm se desenvolvido de maneira que permitem que haja quase uma didática. A sociedade está se habituando a ver de que maneira o Governo funciona nos seus vários aspectos. Tenho a impressão de que o que a Ruth disse foi auto-explicativo, não preciso acrescentar nada com relação às funções do Comunidade Solidária.

Quero apenas recordar que, quando esse programa se iniciou, vi várias discussões no Congresso sobre a quantidade de recursos que estaria posta à disposição do Presidente da República para fazer campanha eleitoral. Pobre gente que não tem imaginação! Imaginar que as coisas se repetem. Não se repetem. Os programas sociais deste governo não foram feitos para fins eleitorais. No caso específico do Comunida-

de Solidária, simplesmente ele não dispõe de orçamento. É zero. O Conselho – eu não sei se alguns aqui tinham consciência disso –, o Conselho tem orçamento zero. Tudo se faz, como a Presidente do Conselho acabou de explicar, articulando a sociedade civil com o Governo, tratando de buscar formas de financiamento, criando processos inovadores e, claro, o Governo dá um apoio, mas esse apoio já está contido nos seus próprios programas. Creio que isso é algo que precisa ser, realmente, sublinhando.

Ainda agora, numa viagem que fiz recentemente, na semana passada ao Nordeste, um deputado veio a mim para dizer: “Ora, mas o meu município não está no Comunidade Solidária.” Eu disse: O que é que eu posso fazer? Nada. Seu município não está porque os critérios técnicos do IBGE – não sei se estão certos ou se estão errados – que escolheram. Não há interferência política na escolha de qual vai ser o município. Como há muita pobreza no Brasil, sempre haverá um município que, com justa razão, reclama. Mas, certamente, aqueles que foram aquinhoados não o foram por interferência política, foram por decisão técnica. Então isso é novo no Brasil.

O novo no Brasil não é que nós estejamos resolvendo todos os problemas sociais, porque não se resolve de imediato o que existe há séculos, mas a maneira como esses problemas estão sendo enfrentados é de outro tipo, é com outro espírito. Creio que foi isso que a Presidente do Conselho mostrou aqui sobejamente. É claro que o que o Conselho da Comunidade Solidária faz não esgota o que o Governo faz na área social, nem a tarefa da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, que, aí sim, é um órgão do Governo que tem como objetivo acelerar, racionalizar, melhorar os programas sociais do Governo. E, é claro, nessa interação com o Conselho da Comunidade Solidária.

Todos os nossos programas são de cunho universalista no Governo. Evidentemente um programa-piloto não pode ser universalista. É uma área, até porque há áreas onde há problemas emergentes, que têm que ser enfrentados. É natural que assim seja, mas a orientação da política social tem que ser de cunho universal: educação, saúde, habitação, saneamento, renda mínima, assistência social. Todos são pro-

blemas universais. Nem sempre bem atendidos, nem sempre abrangendo, efetivamente, o conjunto da população, ou por escassez de recursos, ou por escassez de gestão, de competência administrativa e de alcance administrativo. Aí, a Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária trabalha para dar viabilidade, ou melhor, para acelerar a transferência de recursos, para verificar se os recursos estão indo mesmo, discutir com o Planejamento, com a Fazenda, cada vez mais sensíveis.

O Ministro da Fazenda, hoje, tem o coração derretido pela área social. Cadê ele? Entre duas pessoas que estão aí diretamente para cobrar dele, o que fazer?

Então isso tudo, essa fluidez que hoje existe nesses programas e a importância que é emprestada a eles, é em função desse trabalho e da convicção de todo o Governo, não é da Comunidade Solidária, é de todo o Governo, de que é preciso, realmente, atender às questões sociais.

O Ministro da Fazenda estava almoçando sábado no Alvorada com os Chefes do Keidanren, que são os grandes empresários do Japão, e o Ministro do Planejamento estava explicando que – se não me falha a memória – dois terços do gasto público no Brasil vão para a área social. Vejo, muito freqüentemente, avaliações muito precárias. É preciso melhorar a qualidade das análises. Assim como nós temos que melhorar a nossa capacidade de avaliar os nossos programas, os nossos críticos têm que melhorar sua formação também, porque dizem coisas que não têm base nenhuma. Então, fazem comparações indevidas, pegam o orçamento, não conhecem o orçamento, comparam no orçamento executado com o orçamento do ano anterior. O orçamento nunca é executado na íntegra, tem que comparar sempre o executado com executado.

Outras vezes comparam o orçamento e não somam ao orçamento os créditos especiais. Para quê? Para dar um escândalo: “O Governo está gastando menos na área de cesta básica.” Esqueceram de ver o seguinte: que nós dobramos o número de cestas básicas, de 3 milhões e meio, creio, para 7 milhões, algo assim, aumentou consideravelmente. Diminuiu o gasto – por quê? Porque gastou melhor, porque tinha estoque. Então, quando dizem, “diminuiu o gasto social”, estão dizendo boba-

gem, é preguiça, é gente que não tem paciência para ver, ou então dizem de má-fé também. Aham que, com isso, ganham na política. Perdem. Perdem porque é má-fé e má-fé não vai longe, ou é má-fé, ou é ignorância, ou é tentativa de embuste, de fazer de conta que está se fazendo menos do que se está fazendo. Está se fazendo muito pouco ainda, mas está se fazendo mais do que jamais se fez, e vai se fazer mais; o sentido do programa não é do gasto não, o sentido do programa é de crescer. O gasto tem até que diminuir porque a boa gestão não implica gastar mais, implica gastar melhor.

Nesses programas gerais, por exemplo, habitação e saneamento, nós estamos apenas começando, porque o Brasil estava desarticulado. Agora nós temos os fundos: o FAT, que é dos trabalhadores, o qual, aliás, aumentou recentemente o seu aporte para habitação e saneamento. E nós vamos aumentar o desempenho. Aí, sim, é preciso cobrar o desempenho e avaliar. Estado moderno é Estado que presta contas. Para poder prestar contas, ele tem que se auto-avaliar, tem que fazer programa de avaliação, onde estiver mal tem que dizer, tem que ser criticado e tem que corrigir – mas corretamente. Não é essa coisa simples de olhar no computadorzinho lá do Siaf, gastou tanto, gastou tanto, perdeu, ganhou. Isso é jogo de criança, não é sério. O que é sério – e peço que a imprensa não vá na onda só desses dados superficiais para botar manchete – analisem, vejam aí quando forem criticar, critiquem mesmo, mostrando o que está errado, e apontem o caminho para melhorar o que estiver errado.

Mas não há dúvida nenhuma de que, nessas áreas que mencionei, o Governo vai, não é que vai gastar mais, vai oferecer crescentemente mais à sociedade, porque o País tem consciência das suas deficiências, que são gritantes na área social, e, portanto, queiramos ou não, e nós queremos, o País exige um esforço maior na reforma agrária, na educação, na educação de base, na questão da extensão da merenda escolar, na questão dos livros escolares, na melhoria do atendimento da formação do professorado. Exige mais no seu elemento básico, em água, etc., etc. E isso é função do conjunto do Governo e é função, naturalmente, da crítica que vem do Comunidade Solidária.

Quando a Ruth disse aqui que o Comunidade discutiu reforma agrária, discutiu renda mínima, é para isso mesmo, é para criticar. Nós temos um grande programa de renda mínima que é um programa na Secretaria de Assistência Social, na Previdência Social, por meio do qual nós estamos atendendo a quantas pessoas, Ministro? Centenas de milhares.

Um milhão e meio de pessoas, quer dizer, o que significa dar uma renda mínima àqueles que não contribuíram, mas que têm direito à renda mínima porque têm que sobreviver. Isso já existe no Brasil. Frequentemente, vejo a discussão: precisamos criar um programa de renda mínima. Mas, meu Deus, já existe, e existem outros, nos municípios, juntando a essa idéia a idéia de incentivo educacional, que é muito importante, tem que continuar e tem que difundir.

Em suma, tenho a impressão de que os senhores, os novos que se agregam agora ao Conselho e os antigos que aí estão, estão participando desse esforço que não é do Governo, que é da sociedade brasileira, num momento em que a sociedade sacode a poeira. Ainda não deu a volta por cima, mas já sacudiu a poeira, já começa a perceber que é preciso atuar com outro espírito, com maior convergência, com critérios mais objetivos, somando forças da sociedade civil e do Governo, sempre com transparência, porque, se nós não estivermos juntos nesse processo, vai muito mais devagar todo o sistema necessário para que o Brasil, efetivamente, possa, aí sim, participar de uma sociedade que dê bem-estar à sua população.

É óbvio que não basta o crescimento econômico, embora ele seja condição necessária; é óbvio que não basta a estabilização da economia, embora ela seja condição necessária; mas é óbvio, também, que nós estamos já em ação no conjunto de outros programas para que, com o tempo, porque não há milagre nessa matéria, havendo esforço coletivo, nós cheguemos à sociedade que nós todos queremos, a um Brasil digno, a um Brasil no qual o Estado continue naquilo que lhe corresponde atender, e vai continuar a atender, porque é necessário: as demandas da sociedade, para que as pessoas possam divisar um horizonte um pouco mais seguro e tranqüilo.

Para concluir, e digo isso porque é opinião de todos, na área da Fazenda também, não será através do mercado que isso se resolve, será através dessa soma de esforços que se edificam, aí sim, a partir de bases sólidas do mercado, mas que têm que ser muito mais do que só o mercado. Só quem não tem nada na cabeça é que fica repetindo que o Governo só se preocupa com o mercado, que é neoliberal. Eu já disse isso mais de uma vez: isso é *neobobismo*.

Muito obrigado.